

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O EXERCÍCIO DA LIBERDADE E AUTONOMIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS/AS ESTAGIÁRIOS/AS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Elisângela Marinho da Silva

Faculdade Estácio do Recife – Estácio FIR elismarinhosilva@gmail.com

O referido trabalho busca realizar reflexões a cerca da importância do estágio curricular supervisionado do curso de Serviço Social de uma Instituição Privada de Ensino Superior localizada na Cidade de Recife/PE, partindo da experiência de alunos/as de períodos finais do curso e sua autonomia nas ações executadas. O Estágio Supervisionado em Serviço Social tem o princípio de que tornar-se assistente social é fazer-se assistente social, ou seja, só se aprende tal tarefa no exercício da mesma, tendo como respaldo todo o conteúdo teórico resultado da experiência dos que teorizam, estudam, questionam e sempre buscam atualização tanto por parte dos professores como dos/as alunos/as. Em termos práticos, o Estágio Supervisionado tem não só o objetivo de treinar o/a aluno/a para o exercício de sua futura profissão, mas também de promover o necessário intercâmbio Universidade-Comunidade, por isso além da avaliação resultante do ensino-aprendizagem em sala de aula, o/a aluno/a é também avaliado pelo seu supervisor de campo. O questionário como instrumental fundamenta o referido estudo, analisando a relação existente entre o que se aprende nas salas de aula possibilita a esses sujeitos uma prática bem fundamentada e constituída, enfocando o exercício da autonomia, responsabilidade, competência e compromisso com a prática profissional. Os dados da amostragem representam a realidade individual e coletiva dos sujeitos da pesquisa articulando os conhecimentos teóricos e práticos para que não seja indissociável essa relação, para que o estágio supervisionado se aproxime cada vez mais de uma prática profissional coerente, competente e compromissada com o exercício da autonomia.

Palavras-chave: Estágio supervisionado, Educação, Serviço Social e autonomia,

1. INTRODUÇÃO

A tarefa de decidir, escolher, optar, assumir, implementar e avaliar suas próprias ideias e atitudes do/a estagiário/a, parece uma tarefa um tanto quanto complexa, e ao mesmo tempo gratificante para os estudantes de Serviço Social, logo:

“...a dimensão teórico-metodológica configura-se na interlocução entre história, teoria e método, requerendo conhecimento que apreenda a realidade em seu movimento dialético, no qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade.” (Lewgoy, 2010 p 160).

Para Alonso (2003) o estágio funciona como estratégia, em que se oportuniza ao/a aluno/a um espaço de autodeterminação, essa oportunidade produz um forte impacto na percepção da realidade profissional, envolvendo a assistência na sua dimensão teórico-metodológica, ética, política e administrativa, significando a experiência de caminhar sobre as próprias pernas, um ensaio geral para a vida profissional.

Ainda para a autora, o/a estagiário/a ao enfrentar os desafios da prática sente-se estimulado a buscar o aprofundamento dos conhecimentos teóricos e práticos para sugerir redimensionamentos. A inserção crítica e criativa possibilita ao/a aluno/a um espaço significativo para o mundo do trabalho.

O exercício de abstrair fenômenos da prática no processo de refletir, conceituar e definir os elementos que compõem a atuação profissional, estimula e impulsiona o/a aluno/a a teoricamente encontrar respostas que fundamente “fazer” profissional, buscando criar, imaginar e refletir sobre a sua própria visão de mundo, reformulando ou propondo caminhos; esse exercício de construir, divulgar os seus posicionamentos frente três dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, as quais possibilita:

“A complexidade que existe no processo de mediação entre a construção teórica e a intervenção prática, ou seja entre o pensamento e a ação explica que o contato com a realidade profissional requer que se analise o que acontece, além do que é preciso lançar um olhar crítico, tomar uma posição e decidir por um determinado caminho para intervir.” (ALONSO, 2000, p3).

Para Assis (2012) pensar a relação entre teoria e prática no Serviço Social remete-nos a discutir sua compreensão no âmbito do exercício e da formação profissional. Alguns equívocos sobre essa relação entendem a prática como exclusiva da intervenção profissional e a teoria como algo específico do âmbito acadêmico. Para desfazer esse equívoco, reafirma-se, a necessidade de pensar teoria e prática como unidade, embora com características diferenciadas, mas que só se realizam em interação mútua, ou seja, como totalidade.

“A teoria se distingue da prática, é ato do pensamento, o qual, todavia, dirige-se para um objeto – produto da prática –, ou seja, a teoria almeja o conhecimento da constituição do concreto, entretanto, esse concreto tem sua gênese na prática, é nela que se expressam as determinações do objeto. Dessa forma, teoria e prática se distinguem ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação de unidade.” (SANTOS 2010, p. 27).

Neste sentido, Assis (2012) classifica que a falta de interação entre as dimensões da formação e do exercício profissional coloca-se como uma problemática, em especial, para as disciplinas de estágio supervisionado. Por ser uma disciplina teórico-prática, o estágio

corporifica a expectativa de que a sua operacionalização possibilite apreender a relação existente entre teoria e prática. No entanto, podemos constatar que, frequentemente, a falta de clareza sobre o que significam essas duas dimensões expressa-se pela expectativa de que o estágio ensine como aplicar a teoria na realidade prática.

Evidencia-se o estágio como uma estratégia reflexiva da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, dando ênfase à prática. “O estágio é o lócus onde a identidade profissional do/a aluno/a é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”. (BURRIOLLA, 2001, p.13).

Buriolla (2001), destaca que é concreta ao contribuir afirmando que o estágio é essencial à formação do acadêmico, enquanto este lhe proporcione momentos específicos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição campo apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos. A formação em Serviço Social ganha elementos próprios, os quais fazem do estágio momentos de dúvidas, questionamentos e incertezas aos estagiários. É neste momento que se torna indispensável à presença do supervisor de campo, pois é ele quem guiará o acadêmico para o conhecimento e uso dos instrumentos e realização das ações técnico-operativas. Mas, via de regra, é aí que surge um outro questionamento no desenvolvimento do estágio; a participação do supervisor; que seria o ponto chave para que o acadêmico compreenda bem a prática profissional e seus entornos.

“O/a aluno/a é o principal agente no processo de ensino-aprendizagem, enquanto alguém que aprende, mas também ensina, uma pessoa em situação de aprendizagem e que deve ser percebida em sua globalidade, ou seja, o/a aluno/a é alguém em processo de formação profissional e como um todo deve ser considerado. Nessa perspectiva, é significativo considerar, identificar e compreender o contexto concreto das realidades sociais nas quais ele está inserido, desde a realidade mais ampla (do país, Estado, município) até sua trajetória histórica pessoal que engloba sua origem social, sua formação acadêmica, as práticas que desenvolveu e desenvolve no momento, como também seu modo de conceber o homem, a sociedade, a educação, o Serviço Social, o estágio e a supervisão. Em suma é imprescindível, no processo de ensino-aprendizagem, considerar e conhecer quem é o/a aluno/a e qual o seu papel enquanto/a estagiário/a.” (BURIOLLA, 1996 p 95-96).

No que se refere ao exercício da liberdade e da autonomia, envolve-se a responsabilidade do/a estagiário/a e o seu compromisso com as suas próprias decisões e atitudes, desenvolvem a sua auto-determinação e auto-confiança e lhe conferem segurança para atuar, de uma maneira muito próxima do profissional de Serviço Social.

Para Alonso (2003), a visão da pedagogia emancipatória, compreende-se que a autonomia como algo que se conquista e se constrói em meio as relações humanas. Isto requer, primordialmente, a construção de novas relações entre professor e aluno e entre assistente social e estagiário, que numa visão arcaica e conservadora são traduzidas muitas vezes como autoritárias e centralizadoras. Neste viés interventivo, as diferenças e parcerias conduzem a criação do novo e a participação no processo de tomada de decisões é um ponto fundamental

Nesse sentido, o conceito de autonomia está ligado à ideia de autogoverno, onde os sujeitos se regulam por regras próprias. Contudo, isto não é sinônimo de indivíduos independentes, sendo assim:

“A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.” (Barros, 1996 p. 17)

Para Freire (1996) o respeito à autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiência respeitosa da liberdade.

A autonomia no Serviço Social é constatada enquanto capacidade de autodeterminação dos indivíduos pouco vem sendo discutida, embora apareça como sendo o primeiro princípio fundamental no Código de Ética dos Assistentes Sociais promulgado pelo CFESS em 1993: reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

No que refere à prática do estágio supervisionado, a autonomia do estudante no papel de aprendiz está em constante processo de formação, onde o “novo” quer trocar e aprender, buscando um universo de troca com o assistente social supervisor, no sentido de ser crítico ao realizar um estudo da realidade sob a perspectiva marxista e tendo em mente ser propositivo as diversas situações que lhes são impostas no cotidiano profissional.

Envolvidos nesse processo de aprendizagem e de produção de conhecimentos em Serviço Social destacam-se os alunos (as) estagiários (as), onde busca-se realizar um debate a cerca de como se configura a autonomia dos estagiários, levando em conta suas atribuições e contribuições a serem direcionadas as instituições onde são oferecidos campos de

aprendizagem, levando-se em conta que: *“o/a aluno/a é o principal agente do processo ensino-aprendizagem, enquanto alguém que aprende, mas, também ensina”* (Buriolla, 2003, p. 95).

Por conseguinte, este estudo tem sua fundamentação teórica estruturada, visando reunir conceitos e análises sobre autonomia e estágio supervisionado, de modo a fundamentar a pesquisa de campo e estimular a busca de novos dados e análises sobre o tema.

2. METODOLOGIA

Segundo Minayo (2004), a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. O uso da metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que fundamentam a construção do universo pesquisado, e *“o sopro divino do potencial criativo do investigador.”*

Por se tratar de um conjunto de técnicas a metodologia dispõe de instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Dessa forma, para serem atingidos os objetivos propostos neste trabalho serão adotados os seguintes procedimentos técnicos:

O enfoque deste trabalho, busca entender as avaliações que os estagiários/as do curso de Serviço Social de uma faculdade privada da cidade do Recife - PE fazem sobre as atribuições que lhes são conferidas ao proporcionar-lhe atividades propositivas que estimulem o desenvolvimento da autonomia através do estágio supervisionado.

Devido este estudo ser de cunho avaliativo, será privilegiada a abordagem qualitativa para análise dos dados coletados. De acordo com Demo (1991) e Minayo (1994), os levantamentos quantitativos usuais, não deixam de ser relevantes, no entanto, não faz nenhum mal nas avaliações qualitativas serem utilizados de forma secundária os dados quantitativos, havendo uma complementaridade, pois a realidade envolvida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

2.1 UNIVERSO/AMOSTRAGEM DA PESQUISA

A instituição possui 52 alunos regularmente matriculados na disciplina estágio supervisionado dos quais foram selecionados de forma aleatória para comporem a amostragem da pesquisa 12 alunos com perfil e áreas de atuação diferenciadas para justamente serem verificados quais os condicionantes que fortalecem a autonomia do estudante estagiário junto ao campo de estágio.

2.2 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Questionário: Elaborado com base na escala likert sobre a relação do/a estagiário/a com o campo de estágio e a sua autonomia referente as ações executadas.

Matriz: Elaborada com o intuito de organizar os dados coletados com os questionários aplicados

Gráficos: Sistematização dos dados obtidos por intermédio de gráfico para explicar de maneira quantitativa para explicar o contexto da amostragem analisada.

Técnica de análise

Será utilizada como técnica de análise a abordagem qualitativa que terá como propósito a descrição analítica dos dados obtidos e discussão.

Etapa 1: Análise descritiva dos resultados da pesquisa de campo.

Etapa 2: Análise comparativa dos resultados das entrevistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de dados configura-se numa fase importante no empreendimento importante dessa investigação para tanto serão apresentadas na perspectiva de Contreras (2002), o significado de autonomia profissional está associado à percepção pessoal do ser e do conviver em sociedade, mas também ao compromisso social com a educação, ou seja, refere-se à compreensão “dos diferentes modos de se conceber o “profissional, bem como de sua relação com a sociedade “e, por conseguinte, do papel da mesma com respeito à profissionalização”

Ainda para Contreras (2002) a autonomia profissional, enquanto emancipação, associada à perspectiva do intelectual crítico, supõe um processo coletivo “contínuo de descoberta e de transformações das diferenças entre a prática cotidiana e as aspirações sociais e educativas de um ensino guiado pelos valores de igualdade, justiça e democracia”. Portanto, essa autonomia apresenta-se como uma consciência crítica, um distanciamento alicerçado na defesa dos valores educativos e sociais, como um processo coletivo oriundo do compromisso social e educativo.

O exercício da autonomia profissional também dependerá, no modelo aqui adotado, de dimensões da chamada profissionalidade (obrigação moral, compromisso com a comunidade e competência profissional), que refere-se “às qualidades da prática profissional dos professores em função do que requer o trabalho educativo”. A partir dessa concepção, falar de profissionalidade significa “não só descrever o desempenho do trabalho de ensinar, mas também expressar valores e pretensões que se deseja alcançar e desenvolver nesta profissão” (Contreras, 2002, p.74).

A partir dessa concepção, o professor reflexivo ao estender sua atuação profissional à situação social mais ampla, colabora para a geração de um diálogo social e público. Nesse caso, seu compromisso com a comunidade é visto como uma possível “negociação e equilíbrio entre os diferentes interesses sociais, interpretando seu valor e mediando política e prática entre eles” (Contreras, 2002, p.192).

3.1 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com 12 alunos estagiários do Curso de Serviço Social de uma universidade privada matriculados na disciplina de estágio supervisionado. Esse curso foi criado em 2008, dirigido a formação de assistentes sociais com disciplinas básicas de outros cursos de graduação e disciplinas específicas da referida formação acadêmica

Os/as alunos/as estagiários/as participantes dessa pesquisa encontram-se nas seguintes situações em relação ao curso: estudantes do 6º e 7º período do curso de Serviço Social.

Como mediadora das ações investigativas foi aplicado um questionário distribuído de forma aleatória com alunos, o qual continha as seguintes perguntas:

1. Participa dos planejamentos da instituição:

concordo parcialmente concordo discordo parcialmente discordo

2. Participa de reuniões :

concordo parcialmente concordo discordo parcialmente discordo

3. A instituição busca sua opinião nas decisões a serem tomadas?

concordo parcialmente concordo discordo parcialmente discordo

4. Costuma organizar eventos/atividades na instituição?

concordo parcialmente concordo discordo parcialmente discordo

5. Propõe estratégias para o atendimento diário?

concordo parcialmente concordo discordo parcialmente discordo

6. Provocou alguma mudança na rotina da instituição?

concordo parcialmente concordo discordo parcialmente discordo

7. Contribuiu para resolução de conflitos na instituição?

concordo parcialmente concordo discordo parcialmente discordo

8. Procurou defender sua atuação profissional, quando foram designadas atividades que não eram compatíveis com a sua formação acadêmica?

() concordo () parcialmente concordo () discordo () parcialmente discordo

9. Deixou de resolver alguma demanda institucional por que não foi proporcionado?

() concordo () parcialmente concordo () discordo () parcialmente discordo

10. Cumpre todas as atividades que lhe são determinadas?

() concordo () parcialmente concordo () discordo () parcialmente discordo

Os questionários foram aplicados dia 05 de novembro de 2013 no intervalo. sigilo foi garantido a partir do momento em que os estagiários não precisavam de identificar

3.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Para a análise dos enunciados foram seguidas as seguintes etapas:

1. Leitura preliminar dos enunciados;
2. Construção da matriz para organização das informações coletadas
3. Análise dos dados obtidos

O passo inicial da análise da etapa 2 consistiu da adoção de legendas:

C: Concordo CP: Concordo Parcialmente D: Discordo DP: Discordo Parcialmente. NR: Não respondeu

A matriz abaixo representa a organização dos dados obtidos com a aplicação do questionário:

Tabela 1

ESTÁGIO	TEMPO	PARTICIPA DO PLANEJAMENTO?	PARTICIPA DE REUNIÕES	CONTRIBUI NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS?	DEFENDE A PROFISSÃO?	DEIXOU DE RESOLVER ALGUMA QUESTÃO?	CUMPRE AS ATIVIDADES DIRECIONADAS?	POSSUI AUTONOMIA?
2 MESES	ESTÁGIO 2	C	PD	D	D	D	C	D
7 MESES	ESTÁGIO 2	PC	PD	D	D	D	C	PC
2 MESES	ESTÁGIO 1	D	C	D	D	D	C	D
2 MESES	ESTÁGIO 1	D	PD	D	C	D	C	PD
1 MÊS	ESTÁGIO 1	PC	C	PC	D	D	C	NR
1 MÊS	ESTÁGIO 1	C	PC	PC	C	D	C	C
3 MESES	ESTÁGIO 1	C	C	PC	C	D	C	PC
1 MÊS	ESTAGIO 1	PC	C	C	C	C	C	C
3 MESES	ESTAGIO 1	C	PD	PC	C	PD	C	C
2 MESES	ESTAGIO 1	C	C	PD	C	C	PC	C
2 MESES	ESTAGIO 1	C	PC	C	D	D	C	D
3 MESES	ESTAGIO 1	PC	D	C	C	C	C	C

Os resultados dessa análise são apresentados, conjuntamente, com as informações que caracterizam os sujeitos investigados (alunos/as estagiários/as) em relação ao estágio supervisionado e a autonomia na tomada de decisão referente as demandas institucionais

3.3 RESULTADOS

No quesito se a Instituição busca opinião no processo decisório foram estabelecidas as seguintes respostas:

A **participação no planejamento** torna-se oportuna a interação do/a aluno/a/a estagiário/a com a Instituição constituindo-se como um momento de troca de conhecimento e aprendizado. Nessa questão foram encontradas as seguintes respostas: 50% concordam, 33% parcialmente concordam e 17% discordam

A **participação em reuniões** é um momento muito importante para o/a aluno/a/a estagiário/a, pois é nesse tipo de atividade que lhe é garantida a possibilidade de emitir opiniões e expressar críticas frente as ações desenvolvidas no estágio. Dessa forma demonstrou-se que 42% concordam, 33% parcialmente concordam, 17% parcialmente discordam e 8% discordam

Ao/a estagiário/a quando foi questionado a respeito da preocupação que a Instituição tem em manter um diálogo aberto no sentido de **buscar ouvir sua opinião**, destaca-se que: 42 concordam, 33% parcialmente concordam, 8% discordam e 17% parcialmente discordam.

No item **contribui na resolução de conflitos** na instituição destacam-se as seguintes respostas: 37% parcialmente concordam, 36% discordam, 18% concordam e 9% parcialmente discordam.

Ao **defender a profissão** o/a aluno/a/a estagiário/a luta por uma categoria profissional, que tem buscado ao longo de sua estória na sociedade ser representante e atuante em defesa de minorias, e que a cada momento busca reafirmar-se como profissão, que luta contra as expressões da questão social. Dessa forma quando o/a estagiário/a defende a atuação profissional ele diretamente está se firmando comprometido com uma causa macro e apresenta estar seguro dos seus ideais éticos e políticos. A essa questão foram apresentadas as seguintes questões: 58% concordam e 42% discordam.

No item **deixou de resolver alguma questão** representa o fato do/a aluno/a/a estagiário/a não ter conseguido responder todas as demandas que foram propostas. Essa realidade apresenta-se da seguinte forma: 67% discordam, 25% concordam e 8% parcialmente discordam

Ao definir se **cumprem as atividades propostas** cotidianamente no estágio, apresentaram os seguintes resultados: 92% concordam e 8% parcialmente concordam

A partir dos dados apresentados na tabela 1, tem-se que dos 12 alunos estagiários entrevistados relacionado à **autonomia no estágio**: 46% concordam, 27% discordam que possuem, 18% parcialmente concordam e 9% parcialmente discordam que possuem autonomia.

4. CONCLUSÃO

A análise dos enunciados revela que dos doze alunos estagiários do Curso de Serviço Social de uma Universidade Privada da cidade do Recife, nenhum apresentou autonomia em todos os quesitos investigados (participa do planejamento, participa de reuniões, contribui na resolução de conflitos, defende a profissão, deixou de resolver alguma questão no estágio, cumpre as atividades direcionadas e possui autonomia)

Nesse sentido, o/a aluno/a/a estagiário/a possui relativa autonomia como emancipação de processo de construção coletiva e como compromisso não só profissional como também social.

De acordo com a análise dos enunciados, entende-se que os alunos estagiários encontram-se sobre forte influência do contexto institucional. Dessa forma, a autonomia profissional do/a estagiário/a é coerente com a racionalidade técnica, a qual está associado ao modelo exigido pelo mercado de trabalho, que exige profissionais prontos e já qualificados para responder as demandas existentes, não percebendo que o/a estagiário/a encontra-se no processo de formação e que possui racionalidade técnica adequada as ações que são executadas no seu cotidiano prático. Por outro lado, percebe-se a concomitância das racionalidades, na prática institucional, em diferentes momentos e em diferentes intensidades.

Estes resultados parecem evidenciar que a formação obtida na universidade representa um reforço às situações vivenciadas pelos alunos estagiários nas instituições, como aceitação aos regulamentos burocráticos.

Sendo assim, como uma implicação dos resultados aqui apresentados, entende-se que, a partir da concepção de autonomia exercida pelo/a aluno/a/a estagiário/a crítico, a formação deverá contemplar aspectos individuais e sociais, tendo como base do processo de transformação e participação, a criatividade, a consciência crítica, a liberdade de pensamento e de sentimentos, os valores morais, o compromisso com a comunidade e a competência profissional.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. Rev. Katálisis vol.15 no.2 Florianópolis July/Dec. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14144980202000200006&script=sci_arttext Acesso em: 19.12.2010 as 22:17.

BRASIL. Código de ética do assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão 3ª ed. Brasília. CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, 1997

CONTRERAS, J.. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo; Paz e Terra, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: Método e criatividade. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.

BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In J. Barroso (org). O estudo da escola. Porto: Porto Editora, 1996.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003

SANTOS, C. M. dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Resolução 533-2008 – Diretrizes de Estágio em Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2008